

Lyra reorganiza o Conselho dos Direitos Humanos

Dentro de dois dias o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) começará a agir e desempenhar o papel para o qual foi criado e nunca cumpriu, garantiu ontem o ministro da Justiça, Fernando Lyra, presidente do órgão. Ele afirmou que desta forma, resgatará com a entidade uma dívida existente desde 1971, quando, vice-líder de Pedroso Horta, no MDB, o senador arenista Rui Santos apresentou, a pedido de Buzaid, um projeto de extinção do CDDPH. Na ocasião, Lyra prometeu a si próprio trabalhar pela reestruturação do Conselho.

Depois de amanhã, Lyra empossará na sede da OAB do Rio de Janeiro, os novos conselheiros do órgão, que já quarta-feira, se reunirão para traçar sua estratégia de ação. Instalado em 16 de março de 1964, 15 dias antes do golpe que destituiu o presidente eleito João Goulart e relegado desde então

ao ostracismo, o CDDPH volta agora com atribuições redobradas. Além de tratar da questão de violação de direitos humanos — denúncias de torturas —, o Conselho estenderá sua ação aos casos de abuso do poder, fraude eleitoral, violência rural e urbana e ainda discriminação racial, religiosa e em relação à mulher e ao menor.

Segundo Lyra, a atuação do órgão fará desaparecer a sensação de impunidade hoje existente com relação à utilização de violência "principalmente no campo". Neste sentido o procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, designou procuradores da República estaduais para atuar especificamente na área da violação dos direitos da pessoa humana. A eles caberá receber e instruir representações denunciando abusos de poder ou violência de maneira geral, na cidade e no campo, e pedir à Polícia Federal a apuração dos crimes.